

A inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no Ensino Superior¹

Núbia Cristina Gonçalves Mota

Aluna do Programa de pós-graduação em Língua Brasileira de Sinais e Educação Especial -
Instituto Eficaz de Maringá/ PR

Lilian Alves Pereira

Professora Orientadora Me. Lilian Alves Pereira – Instituto Eficaz de Maringá/PR.

Resumo: A escola de ensino superior é responsável no processo de formação de cidadãos para o exercício da cidadania e desempenho na vida profissional na qual se especializou e por isso deve ser um ambiente estruturado, principalmente quando se tem em seu meio alunos com necessidades educacionais especiais. O presente trabalho se propõe a analisar e investigar a realidade da inclusão destes alunos nas escolas de ensino superior. Foram realizadas pesquisas com alunos universitários com necessidades educacionais especiais e, em seguida, foram feitas algumas reflexões acerca das dificuldades enfrentadas, o despreparo dos profissionais da educação para atuar no processo de inclusão, e também a necessidade destes alunos de uma formação que lhes apóie para que eles possam aprender como os outros e sejam atendidas suas necessidades em relação à disponibilidade de uma didática diferenciada e inclusiva.

Palavras-chave: Educação; Ensino Superior; Necessidades Educacionais Especiais; In-clusão.

Abstract: The school is responsible for college education in the process of preparing citizens for the exercise of citizenship and performance in professional life in which it specialized, and therefore should be a structured environment, especially when there are pupils with special educational needs. This paper aims to analyze and investigate the reality of the inclusion of these students in schools of college education. Researches were conducted with college students with special educational needs and then we made some reflections on the difficulties, the lack of education professionals to work in the process of inclusion, and the need for these students of an education that supports them in their needs so they can learn like the others and their needs receive the availability of a different and inclusive didactics.

Keywords: Education, heigher education, special education needs, inclusion.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de pós-graduação em Língua Brasileira de Sinais e Educação Especial.

1. Introdução

A educação dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais surgiu no Brasil, ainda no fim do século XVIII e começo do século XIX. No entanto, segundo Jannuzzi (2004), só as crianças mais lesadas despertavam atenção e eram recolhidas em algumas instituições, pois que a educação popular, e especialmente a do deficiente, não eram motivo de preocupação das políticas públicas.

A inclusão, prevendo a integração do aluno com deficiência no sistema de ensino comum, só teve início a partir de 1990, exigindo das instituições de ensino regular uma reestruturação significativa. Nesse sentido Jannuzzi afirma que

Em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar, no aluno, a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos de apoio que a escola proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deve ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender a diversidade de seus alunos (JANNUZZI, 2004, p. 187-188).

Partindo do princípio que é da escola a responsabilidade de se ajustar para atender a diversidade de seus alunos, foi constatada a necessidade de se desenvolver a presente pesquisa, conscientizando e alertando os educadores de que é deles também o papel de incluir o aluno deficiente.

Na aparência veem-se atualmente classes compostas de alunos com algum tipo de deficiência, mas, segundo Omote (2004), a diversidade deveria constituir-se num contexto positivo de aprendizagem e de formação dos escolares. No entanto, esta não se constrói automaticamente, com a introdução de um aluno deficiente no espaço escolar. Inúmeros outros esforços e empreendimentos fazem-se necessários no cotidiano da sala de aula entre professores e alunos.

O presente estudo não beneficiará somente os alunos e pessoas portadoras de alguma deficiência, mas a todos que demonstram interesse por esta área, uma vez que serão abordadas tanto as formas, quanto os impasses e as conquistas no processo de inclusão.

Tendo como referência as questões levantadas anteriormente, justifica-se a necessidade da elaboração de um estudo, propondo ajustes e ações necessárias, a serem realizados no decorrer do tempo na perspectiva da inclusão.

O trabalho de conscientização dos profissionais da escola e dos alunos seria uma alternativa no sentido de incluir e não de excluir o aluno com Necessidades Educativas Especiais – NEE. Ao que tudo indica, parece que as atitudes de descaso para com os alunos com deficiência se devem à falta de informação. Nessa perspectiva o presente trabalho tem por objetivo investigar como ocorre a inclusão do aluno com

Necessidade Educacional Especial no ensino superior.

Para a efetivação dos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa teórica no sentido de se chegar às condições explicativas da realidade, possibilitando o levantamento polêmico e discussões pertinentes.

Este estudo pretende contribuir ainda com a comunidade acadêmica como forma de instrução sobre como atuar ou não com o aluno com deficiência, o que se estende também à sociedade e familiares, para que os mesmos possam contribuir, auxiliando e respeitando o aluno com deficiência e também se engajando na luta para que os direitos destes sejam alcançados.

2. Fundamentação teórica

Segundo Jannuzzi (2004), a educação especial, como é hoje comumente designada, recebeu nos seus primórdios proteção de hospitais e asilos, impulsionados geralmente pela filantropia. Já no final do século XIX, contou com duas instituições governamentais para a educação do cego e do surdo. No século XX, a medicina influiu fortemente até os anos de 1930, mas foi gradualmente substituída pela psicologia.

Nos anos de 1950, foram surgindo as APAES (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais), com os próprios deficientes se organizando, sendo que em 1960 foram criadas campanhas para a educação dos cegos, surdos e deficientes mentais.

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, número 9394/1996, em seu capítulo V, artigo 58, parágrafo 1 e 2, reconhece oficialmente o direito do aluno com deficiência de ter apoio especializado em classes e escolas regulares, serviços especializados quando necessário, suporte de saúde, previdência social que lhe assegure a igualdade dentro da sociedade.

No entanto, apesar de orientações legais nesse sentido, parece haver ainda problemas em relação à inclusão, pois muitos dos profissionais que atuam com alunos com alguma deficiência ainda apresentam uma resistência em se adaptar à diferença. Muitos profissionais da educação insistem que não são eles que devem mudar sua forma de ensinar, mas os alunos é que devem se adaptar a eles.

Para se construir uma escola para todos é indispensável a discussão de processos inclusivos escolares. Dessa discussão emergem as diferenças e a identidade.

Temos igualmente de reconhecer as diferentes culturas, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais, afetivas, enfim, precisamos construir uma nova ética escolar, que advém de uma consciência ao mesmo tempo individual, social e por que não planetária! (OMOTE, 2004, p. 117).

Ocorre que nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas; há diferenças e há equidades, e nem tudo deve ser igual, nem tudo deve ser diferente.

Segundo Santos (1995), num debate multicultural nessa tal configuração coleti-

va que se propõe, é preciso como princípio de conversa aceitar um imperativo de que temos direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza, e temos o direito de ser diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza.

Enfim, o deficiente tem o direito de ser igual, de ser tratado como os outros, de não ser excluído. Porém quando revela suas necessidades ele tem direito de ser diferente, de ter o apoio de que precisa para que possa desenvolver o que lhe foi proposto.

Problemas conceituais, e respeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional, distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular, e são de nosso ponto de vista as maiores barreiras a serem enfrentadas pelos que defendem a inclusão escolar (MANTOAN, 2004. p. 113).

Ocorre que quando nossa Constituição Federal garante a educação como um direito de todos, significa que é para todos os alunos, sem exceções, e em um mesmo ambiente, o qual pode e deve ser o mais diversificado possível, como forma de atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania (Brasil, 1988, art. 205, p. 136).

Segundo Omote (2004),

É justamente em decorrência desta não presença de espaços sociais que se faz urgente debater a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e, mais do que isso, promovê-la, criando condições favoráveis para que ela aconteça (OMOTE, 2004, p. 159).

As pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos que todos os demais cidadãos, e por isso querem oportunidades iguais e não caridade. Essa visão beneficiará não apenas as pessoas com deficiência, mas também a sociedade como um todo, pois a sociedade que exclui uma parte de seus membros é uma sociedade empobrecida. Melhorar as condições para as pessoas com deficiência consistirá também em projetar um mundo flexível para todos.

Pensemos que já é tempo de garantir o direito de ser, sendo diferente, de todos os alunos e de reconhecer a exclusão não apenas dos que já estão nas escolas, mas daqueles que estão fora, por tudo que eles têm de injusto e discriminador (MANTOAN, 2004, p. 113).

Os profissionais da educação têm um papel de grande importância na inclusão, pois serão para estes alunos formadores de seu futuro, tanto quando fazem a sua parte para ajudá-los ou quando são destruidores e preferem viver na sua forma habitual, não se sentindo como parte importante no processo de inclusão.

3. Metodologia

Para a execução dos objetivos propostos, serão necessários dois tipos de pesquisa: Segundo Lakatos (1987), a pesquisa bibliográfica refere-se ao levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado, em livros, revistas, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo o material já escrito sobre o mesmo.

A pesquisa bibliográfica será feita no sentido de se chegar a condições explicativas da realidade, a uma possibilidade de levantamento polêmica e a discussões pertinentes. Para tal, serão tomados como base os trabalhos de Jannuzzi (2004), Omote (2004) e Mantoan (2004), dentre outros.

Além disso, será utilizada a pesquisa de campo na qual se observa e coletam-se os dados no local a ser estudado. A mesma será realizada por meio de questionários a serem aplicados a alunos do ensino superior para que por meio deste instrumento possa ser feita a análise dos resultados e seja possível compreender a que passo está a inclusão e o que pode ser feito para melhorar o auxílio a estes alunos.

4. Apresentação e discussão dos resultados

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo, que consistiu na aplicação de questionários a 20 jovens com algum tipo de deficiência e que cursam o ensino superior. Em seguida houve a tabulação e análise dos dados coletados em todos os itens do questionário.

Tabela 1 – Formação acadêmica dos alunos – área do curso em andamento

| Área | Número de alunos | % |
|------------------------|------------------|------------|
| Direito | 5 | 25 |
| Administração | 3 | 15 |
| Fisioterapia | 3 | 15 |
| Sistemas de Informação | 3 | 15 |
| Psicologia | 2 | 10 |
| Ciências Contábeis | 1 | 5 |
| Comunicação Social | 1 | 5 |
| Educação Física | 1 | 5 |
| Pedagogia | 1 | 5 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Questionários aplicados a alunos com deficiência

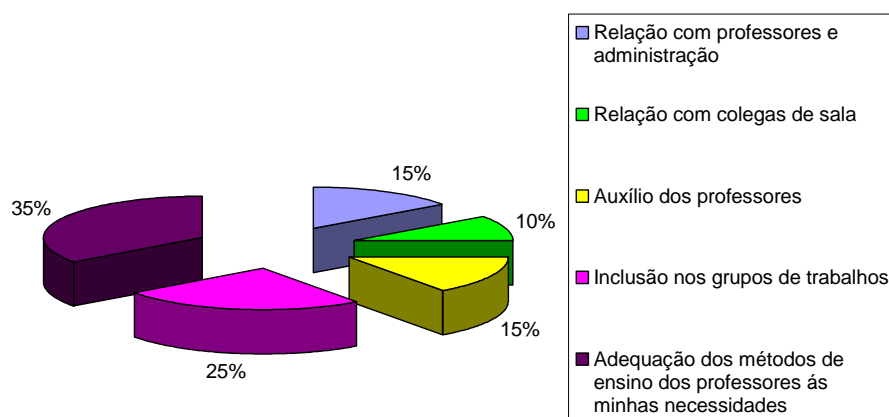
De acordo com os dados obtidos por meio dos questionários aplicados, pode-se verificar que os alunos com deficiência estão cursando diversas áreas do curso superior.

Tabela 2 – Tipos de deficiências dos alunos

| Deficiência | Número de alunos | % |
|--------------|------------------|------------|
| Auditiva | 7 | 35 |
| Física | 6 | 30 |
| Visual | 6 | 30 |
| Mental | 1 | 5 |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Questionários aplicados a alunos com deficiência

Gráfico 1 – Desafios enfrentados pelos alunos com deficiência desde o início do seu curso superior



Fonte: Questionários aplicados a alunos com deficiência

Em relação aos desafios que os alunos com deficiência enfrentam desde o início de seu curso superior, apareceu como menor desafio a relação com colegas de sala com 10%, e como o maior desafio enfrentado pelos alunos com deficiência foi constatado a inadequação dos métodos de ensino dos professores as suas necessidades, ocupando assim o primeiro lugar com 35%.

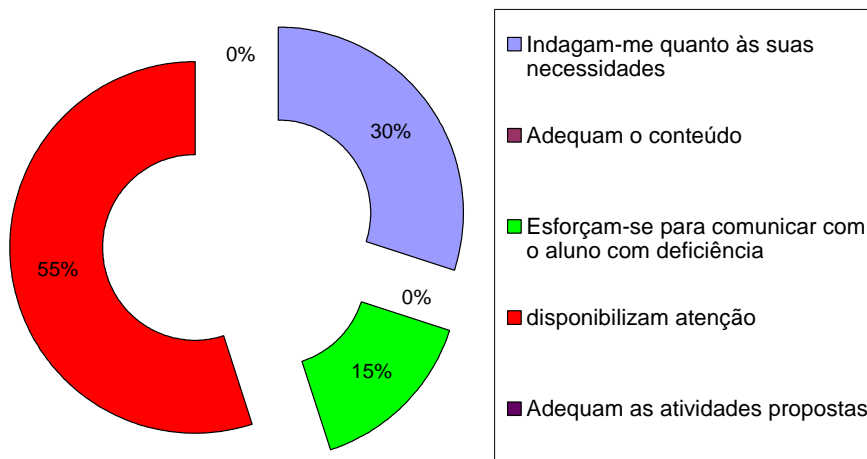
Pode-se observar no gráfico acima que os métodos de ensino não estão sendo adequados aos alunos. Os professores precisam perceber que quando se tem um aluno

com deficiência, eles não podem usar os mesmos métodos de uma classe comum. Se o aluno tem problemas auditivos, não podem dar como atividade a análise de uma música sem ter a mesma com a letra impressa; se tem um aluno com problemas visuais, não podem promover em sala a análise de uma imagem sem relatar sobre a mesma e comentar com a turma todos os seus detalhes; se existe um aluno com problemas físicos não podem promover uma atividade de corrida impossível para o mesmo realizar.

O desenho do currículo para a aula de educação geral deve ser adaptado de modo a tentar promover comunidades inclusivas, favorecendo a auto-estima e a sensibilidade na aula inclusiva. Deverá ser desenhado de forma a permitir que os alunos reconheçam os seus próprios atributos positivos e respeitar as características individuais dos outros. Desta maneira, serão reforçadas a auto-estima de cada um e a cooperação entre todos. No currículo devem ser estabelecidos objetivos de justiça social dentro e fora das paredes da sala de aula (CORREIA, 2003, p. 66).

No processo de inclusão, não basta simplesmente fazer o superficial, é preciso observar as necessidades e tentar adequar o método de ensino para que o aluno com deficiência se sinta incluso.

Gráfico 2 – O que os professores têm feito para auxiliar o aluno com deficiência em suas necessidades



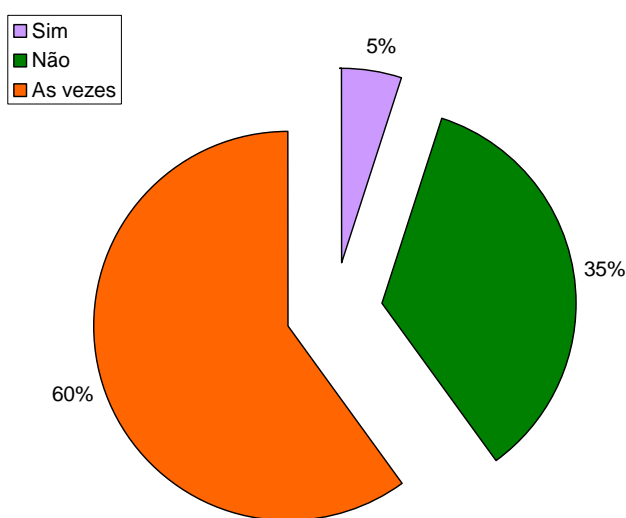
Fonte: Questionários aplicados a alunos com deficiência

Mediante as respostas colhidas pode-se observar que de acordo com os sujeitos investigados, nenhum dos alunos que responderam ao questionário afirmou que os

professores têm adequado o conteúdo, e igualmente nenhum dos alunos afirmou que os professores têm adequado as atividades propostas às suas necessidades.

Esse resultado confirma o gráfico 1, mostrando que a não-adequação do conteúdo ministrado tem sido a maior dificuldade que os alunos com deficiência enfrentam em sala de aula.

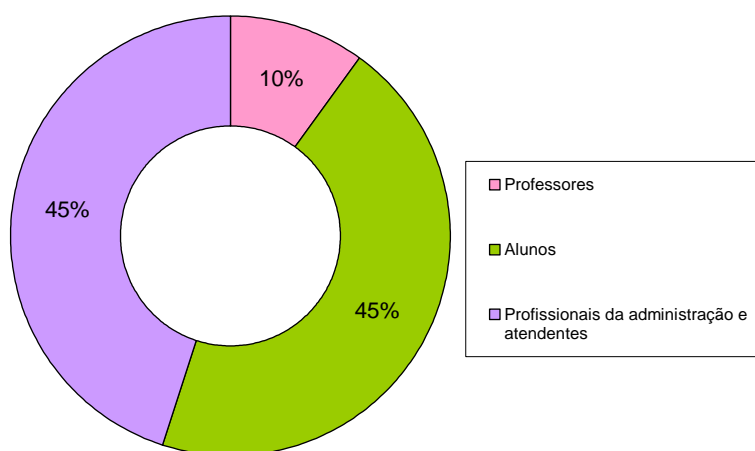
Gráfico 3 – Se os alunos se sentem inclusos em sala de aula



Fonte: Questionários aplicados a alunos com deficiência

Quanto ao sentimento de inclusão dos alunos em sala de aula, pode-se verificar que só 5% dos alunos se sentem inclusos plenamente.

Gráfico 4 – Grupos nos quais o aluno com deficiência se sente mais incluído



Fonte: Questionários aplicados a alunos com deficiência

Nesse gráfico percebe-se que 45% dos alunos se sentem mais incluídos igualmente em meio aos alunos e profissionais da educação e só 10% se sentem mais incluídos em meio aos professores. É de primordial importância que o professor se preocupe mais com o aluno com deficiência, pois o docente deve ser um referencial na inclusão deste aluno.

A construção de uma escola democrática conduzir-nos-á à criação de uma escola para todos, na qual não será preciso nem segregar nem integrar, mas apenas estudar os apoios necessários para que todos os alunos possam desempenhar o seu papel como cidadãos (CORREIA, 2003, p. 62).

A escola precisa estar preparada para que todos os alunos se sintam incluídos nela, tanto entre os profissionais da administração e atendentes, como entre os alunos e os professores.

Tabela 3 – O que falta para que os alunos com deficiência se sintam incluídos

| Respostas | Nº. de alunos | % |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------------|------------|
| Uma didática diferenciada dos professores para cada deficiente | 6 | 30% |
| Que os professores falem devagar para que eu possa entendê-los | 5 | 25% |
| Que parem de olhar para o deficiente com dó | 3 | 15% |
| Que todos façam o melhor para incluir e não achem que não é responsabilidade sua. | 3 | 15% |
| Respeito e aproximação dos colegas | 2 | 10% |
| Sinto-me incluído, acho que está bom como está | 1 | 5% |
| Total | 20 | 100 |

Fonte: Questionários aplicados a alunos com deficiência

Observa-se que na opinião dos entrevistados, a principal atitude que falta para que o aluno com deficiência se sinta incluído é uma didática diferenciada para o deficiente, aspecto indicado com 30% das respostas.

Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não a novos conhecimentos. Com isso, exclui aqueles que ignoram o conhecimento por ela valorizado, entendendo que a democratização é massificação do ensino, não cria a possibilidade de diálogo (...), não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela (OMOTE, 2004, p. 115).

O aluno com deficiência precisa da adequação do conteúdo, de métodos diferenciados que possibilitem seu aprendizado, pois não consegue se adaptar muitas ve-

zes ao método do professor devido às suas limitações física, visuais ou auditivas; então cabe ao professor se adequar ao aluno, criar métodos que o ajude. Isso é inclusão.

5. Considerações finais

Os dados revelaram que as formas de inclusão que estão sendo empregadas no ensino superior precisam melhorar.

De acordo com a análise dos questionários aplicados foi constatado que os professores não estão, em sua maioria, adequando os métodos de ensino às necessidades dos alunos com deficiência, resultando uma aprendizagem insatisfatória por parte dos alunos com deficiência, pois estes não estão conseguindo acompanhar os procedimentos de ensino dos professores.

Devido a isso, uma grande parte dos alunos com deficiência e que foram entrevistados se sente excluída na sala de aula, o que não poderia ser diferente, pois como se sentir incluso sendo obrigado a se adaptar a um método de ensino que a deficiência não permite executar?

Porém, incluir não é fácil, pois gera resistência de muitos. O conceito de inclusão é recente em nossa cultura. Como qualquer situação nova, incomoda, desperta curiosidade, indiferença ou negação, encontra adeptos e também críticos, envolve praticamente todas as esferas sociais, apontando para a necessidade de repensar, de alterar hábitos, posturas, atitudes, começando pelo plano individual, tirando-nos da zona do conforto habitual (OMOTE, 2004, p. 160).

É preciso ter a plena consciência de que um surdo não vai compreender nada do que for passado por meio de uma música sem a letra da mesma impressa, nem vai compreender plenamente um filme mesmo com o auxílio de um intérprete, pois ele não vai poder observar as imagens e o intérprete ao mesmo tempo.

Faz-se necessário compreender que grande parte dos surdos faz leitura labial, o que facilita o aprendizado, pois ele tem capacidade de ver o que o professor fala olhando pra ele, acompanhando o que ele ministra, mas inúmeras vezes isso é ignorado por professores que falam em ritmo acelerado e se colocam de costas para estes alunos. Um cego não vai compreender a riqueza de uma pintura sem que sejam relatados todos os detalhes da mesma, nem as cenas daquele filme cheio de detalhes visuais, pela mesma razão.

A inclusão precisa ser uma realidade e não só uma intenção, não adianta só abrir espaço para o aluno com deficiência. É preciso que nos adaptemos às suas necessidades e não exigir simplesmente que ele se adapte a nós.

6. Referências

AQUINO, Júlio Groppa (org.). *Diferenças e preconceito*. 3. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. 215 p.

BRASIL. *Constituição Federal 1988*. São Paulo: Lex, 1988. 206 p.

BUENO, José Geraldo Silveira. *A educação especial nas universidades brasileiras*. Brasília: Ministério da Educação, 2002. 136 p.

CORREIA, Luis de Miranda (org.). *Educação especial e inclusão: quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo*. Porto: Porto, 2003. 206 p. (Coleção Educação Especial, v.13).

FERREIRA, Carlos Alberto Mattos (org.). *Psicomotricidade: educação especial e inclusão social*. Rio de Janeiro: Wak, 2007. 286 p.

GIAT, Rosana. *Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental*. Rio de Janeiro: Agir, 1989. 224 p.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2004. 243 p.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 198p.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso dia: 23/09/2008.

MANTOAN, Maria Teresa Egler (org.). *Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras*. São Paulo: Memnon, 2001. 243 p.

OMOTE, Sadao (org.). *Inclusão: intenção e realidade*. Marília: FUNDEPE, 2004. 211 p.

RODRIGUES, David (org.). *Educação e diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva*. Porto: Porto, 2001. 157 p.

SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. *Bem-vindo à escola: a inclusão nas vozes do cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 206 p.

SASSAKI, Roman Kazumi. *Inclusão construindo uma sociedade para todos*. 5 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003. 174 p.

STAINBACK, Susan. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999. 451p.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.